

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA:
UM ESTUDO SOBRE OS GÊNEROS TEXTUAIS**

Simony Ricci Coelho (UNIGRANRIO/UNIG GPMC/UFRRJ)

simonyricci@gmail.com

Mônica Saad Madeira (UNIG)

monicasaad@bol.com.br

Bianca Correa Lessa. Manoel (UNIGRANRIO/UNESA)

bia.lessa@gmail.com

RESUMO

A proposta desta pesquisa é compreender como as relações étnico-raciais estão sendo representada nos textos dos livros didáticos de língua portuguesa, uma vez que o artigo 26 A da Lei de Diretrizes e Bases- LDB em seu parágrafo 2º institui que “ Os conteúdos referentes à história e cultura da afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo currículo nacional”. Para análise deste presente estudo foram escolhidos dois livros do nono ano aprovados pelo Plano Nacional Livro de Didático-PNLD de 2016, na qualidade de verificar se os gêneros textuais apresentados nos livros atendem os pré-requisitos da Lei 10.639/2003 e da LDB quanto o reconhecimento e a valorização da história, da memória, da cultura e da identidade do negro e do indígena. Neste contexto, é proeminente considerarmos o livro didático como um instrumento muito utilizado pelo professor em sala de aula, cuja relevância está na inserção desta temática, como forma de fomentar de práticas que combatem o racismo e implementam a reeducação das relações étnico-raciais como tarefas inseridas na escola. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa por meio de análise documental. Os autores que nortearam o trabalho destacam-se: Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2010), Luiz Antônio Marcuschi (2008), Luiz Paulo da Moita Lopes (1996), Miguel Gonzalez Arroyo (2011); Paulo Freire (1987); José Geraldo da Rocha e Ivanir dos Santos (2007); Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau (2012). Após análise dos livros concluiu-se que os dois apresentam gêneros textuais acerca das relações étnico-raciais, entretanto a representativa de tal temática está ainda aquém da valorização, do respeito e do reconhecimento da diversidade como transformação social.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Currículo. Livro didático. Gêneros textuais.

1. Introdução

O presente artigo surgiu a partir de reflexões acerca das relações étnico-raciais trabalhadas nos textos do livro didático de língua portuguesa, pois segundo Luiz Antônio Marcuschi (2005, p. 152), “ a língua é um fenômeno cultural, histórico, social e cognitivo que varia ao longo do

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

tempo e de acordo com os falantes: ela se manifesta no seu funcionamento e é sensível ao contexto”.

Neste contexto deve-se priorizar a análise de um gênero textual em um livro didático como forma de compreender o seu domínio discursivo nas “esferas das atividades humanas” (MARCUSCHI, 2008, p. 155), pois linguagem e sociedade coadunam que dá origem a classificação dos textos, por exemplo, o discurso jurídico, o discurso religioso, o jornalístico etc. As atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua, em que se formam enunciados. “Não se pode tratar o gênero do discurso independente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas”. (*Idem, ibidem*)

Paralelamente a isso, percebe-se que as novas diretrizes incluídas que emergem a história da África e cultura-afro brasileira já não é novidade no currículo (OLIVEIRA & CANDAU, 2012), entretanto tal questão se faz pela cultura profissional que as vezes se esvazia quanto a inserção de tais preceitos legais, cuja tensões que ocorrem com os agentes inseridos a sala de aula entre educadores e educandos que não relacionam escola e sociedade. (ARROYO, 2011)

A presente pesquisa é de natureza qualitativa por meio de análise documental em dois livros do nono ano do ensino fundamental do 2º segmento, sendo estes aprovados pelo Plano Nacional de Livro Didático-PNLD do ano de 2016.

Em relação às questões de estudos apresentamos: a) Existe a representação das relações étnico-raciais nos livros didático de língua portuguesa? Quais são os gêneros textuais apresentados acerca das relações étnico-raciais? O discurso apresentado nos gêneros textuais atende as necessidades previstas na lei 10.639/2003?

Para tanto, o objetivo desta pesquisa é compreender como as relações étnico-raciais estão sendo representadas nos textos dos livros didáticos de língua portuguesa.

2. As leis que dialogam para/nas relações étnico-raciais: uma discussão sobre o currículo como um território de disputa social

É proeminente nesta pesquisa uma investigação aos documentos e orientações oficiais no âmbito educacional acerca das relações étnico-raciais, “uma vez que essas discussões “ (...) das ações afirmativas não po-

dem ser desfocadas do horizonte da promoção da igualdade de oportunidades entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira”. (ROCHA, 2007, p. 76)

Assim, destaca-se a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que a partir dela emanam todas as leis que irão disciplinar a vida dos cidadãos. Assim, o artigo 5º. diz que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”. (BRASIL, 1988, p. 13)

As leis que partem da Constituição, são chamadas de Leis Complementares. Desta forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) esclarece os fins e princípios da educação nacional, como o artigo 3º desta lei: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, que destacamos o inciso XII – consideração com a diversidade étnico-racial” (BRASIL, 1996), como também os artigos 26 e 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 (...), “ que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional e dos brasileiros”. (BRASIL, 2004)

Pautados ainda, nos preceitos legais, nesta pesquisa priorizamos o diálogo entre a Resolução CNE/CP n. 01, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana com as Leis 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, na qualidade de entender após as implantações das políticas públicas direcionadas ao âmbito educacional se atendem as questões pautadas nessas leis de conhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana como forma de fomentar reparações sociais, reconhecimento e valorização da identidade, cultura e história dos negros brasileiros, num processo educativo, político e social.

O estudo das crenças, ideias, concepções e valores percebidos nas exigências dos requisitos legais do Ministério de Educação (MEC) está pautado também na lei a seguir:

A Lei Federal nº 11.645/2008 Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

É importante ressaltar que tais documentos têm força de lei e apresentam uma vontade de democratização e correção de desigualdades

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

históricas na sociedade brasileira. Do ponto de vista prático, eles serão o que as escolas e os professores que os implementam fizerem deles. (MATTOS & ABREU, 2008)

As *Diretrizes Curriculares* destacam a importância do reconhecimento da diversidade em todo currículo desde a educação infantil, assim deve-se pensar como pertinente a integração entre o território escolar e a sociedade, desconstruindo a disputa de forças sociais monoculturais, na qualidade de aderir a interculturalidade nestes espaços educacionais.

Pensando nisso, é mister destacar Antônio Flávio Barbosa Moreira e Tomaz Tadeu da Silva (2002) que veem o currículo como um veículo focalizado diretamente a uma questão política cultural. Para eles o currículo deve oportunizar nas teorias ministradas vinculadas em vivências escolares, formas de questionamentos e intervenções conforme contexto social de cada escola.

Entretanto, mediante ao exposto ainda existe a persistência do conformismo de um currículo segregador e universal, que por muitas vezes silencia os sujeitos que se encontram a margem da sociedade opressora. Desta forma, é relevante elucidar que “ a investigação da temática, [...] envolve a investigação do próprio pensar do povo. Pensar que não se dá fora dos homens, nem num homem só, nem no vazio, mas nos homens e entre os homens, e sempre referindo a realidade”. (FREIRE, 1987, p. 58)

Paralelamente a isso existem movimentos educacionais que lutam por um currículo de formação e de educação básica que elucidam afirmações de identidades coletivas num território de conhecimento legítimo em que seja valorizado e respeitado a memória, a história e a cultura desses sujeitos considerados subcidadãos. (ARROYO, 2011)

Assim, é notório que as novas diretrizes incluídas que emergem a história da África e cultura-afro brasileira já não é novidade no currículo, nem nos cursos de formação de professores (OLIVEIRA & CANDAU, 2012), entretanto tal questão se faz pela cultura profissional que as vezes se esvazia quanto a inserção de tais preceitos legais, cuja tensões que ocorrem com os agentes inseridos a sala de aula educadores e educandos que não relacionam escola e sociedade. (ARROYO, 2011)

3. Livro didático e os gêneros textuais: um olhar sobre sua função social

Há poucos trabalhos publicados com definições sobre livros didáticos. Mas, apesar da escassez, Tomlinson apud VILAÇA (2009) diz que material didático é “qualquer coisa que ajude a ensinar aprendizes de línguas”. Quando o autor diz “qualquer coisa”, torna-se vaga a definição, explicitando que o importante é quem direciona o material e não este propriamente dito.

Atualmente, os livros didáticos estão mais diversificados principalmente nos estudos com os gêneros textuais, viabilizando um material de apoio também interdisciplinar.

O cuidado que se deve ter é que este instrumento pedagógico não seja um “exemplário”, que não seja o mesmo com apenas uma nova roupagem, pois assim não haveria evolução ou critério e sim, mudanças de exemplos. A singularidade deixaria de fazer parte para dar espaço aos “plurais”.

A partir disso, pode-se dizer que o livro didático através da linguagem expressa nos gêneros textuais, torna-se um objeto de estudo da linguística aplicada, pois esta preocupa-se com o ato comunicativo entre os interlocutores, buscando a aproximação do público-alvo – o aluno, com o livro didático, e que este atenda as expectativas não só do aluno, mas do professor no momento de utilizá-lo em sala de aula.

Para Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2010, p.58): “... como qualquer outro produto social, os gêneros textuais não são formas fixas, mas estão sujeitos a mudanças, decorrentes das transformações sociais...”. Portanto com a evolução dos gêneros textuais e os avanços tecnológicos, novos gêneros surgem: msn, e-mail, orkut, facebook e outros.

Segundo Luiz Paulo da Moita Lopes (1996, p. 123); “Há uma preocupação cada vez maior em linguística aplicada com a investigação de problemas de uso da linguagem em contextos de ação ou em contextos institucionais, ou seja, há um interesse pelo estudo das pessoas no mundo”. É fundamental destacar que a linguística aplicada se interessa em estudar as práticas de uso e de aprendizagem da língua, seus problemas e contribuições.

Logo, os gêneros textuais disponíveis nos livros didáticos de língua portuguesa englobam texto e discurso, o uso da língua, a sociedade e as diversas questões culturais, ou de natureza sociocultural.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Segundo Luiz Antônio Marcuschi (2008, p.161):

Os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder. Pode-se, pois dizer que os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia a dia.

No processo de produção de um texto seja ele escrito (ou oral) deve-se dar atenção especial ao contexto, que inicialmente era visto apenas como o ambiente ou entorno verbal, mas estudos da linguística textual, essa noção foi ampliada. Levando em conta que os sujeitos de um determinado ambiente social têm suas convenções, normas de conduta, que lhes impõe condições, estabelece deveres, toda a manifestação de linguagem ocorre no interior de uma determinada cultura, o contexto passou a se chamar de contexto sociocognitivo, isto é, um entorno no qual aprende-se o aspecto social que envolve aquele gênero, possibilitando a compreensão e interação com determinada cultura. “ (...) o contexto possibilita avaliar o que é adequado ou não adequado do ponto de vista dos modelos interacionais construídos culturalmente. (KOCH, 2014, p. 85)

4. *Da metodologia, dos resultados e da discussão*

4.1. Metodologia

Neste trabalho adotou-se uma pesquisa com natureza qualitativa por meio de uma análise documental em dois livros didáticos do nono ano de escolaridade, do 2º segmento, aprovados Plano Nacional de Livro Didático – PNLD do ano de 2016, na qualidade de responder as questões deste estudo, já apresentados em tela: 1- Existe a representação das relações étnico-raciais nos livros didático de língua portuguesa? 2- Quais são os gêneros textuais apresentados acerca das relações étnico-raciais? 3- O discurso apresentado nos gêneros textuais atende as necessidades previstas na lei 10.639/2003?

Pensando nisso, percebe-se a necessidade de um olhar cauteloso e criterioso ao livro didático, pois este deve estar elencado ao processo de socialização e de humanização, cabendo ao professor mediar este instrumento de trabalho, na qualidade de explanar o saber acumulado pela sociedade seja ele histórico, social ou cultural de forma democrática e sobretudo fomentar possibilidades de discussão crítica dessa herança como forma de (re)pensar novos saberes junto aos educandos numa perspectiva de transformação social.

4.2. Dos resultados

Referência bibliográfica 1: Pereira (2015, p. 144-155)	
Gênero observado	Transposição didática
Imagens (p.144- 145)	O gênero- imagens (com legendas) retratam a cultura do Brasil por meio das festas Tradicionais das regiões Nordeste e Sudeste e solicita ao aluno a observação seguido de discussão com a turma com levantamento de questões que representam as imagens apresentadas, quanto as questões culturais e religiosas que apontou-se: Festa da uva do Sul, Comemorações da Festa Junina (PB), Festa Indígena (MT) e Celebração 7 de setembro (Brasília).
Nota informativa (p. 146)	O gênero- nota informativa expõe um texto histórico em relação à formação baiana no encontro das três etnias (indígenas, brancos e negros) e a contribuição deles para formação cultural da Bahia. Não foi oferecido nenhuma atividade, somente a de leitura diretiva.
Texto informativo/Imagens (p. 146- 149, 153)	O gênero- texto informativo/ Imagens legendadas “ Festas religiosas e populares” tem como objetivo expor ao leitor o valor de lugares, pessoas, práticas culturais e referências históricas e reconhecer a importância da contribuição cultural africana para Bahia. As festas destacadas foram: Festa de Boa Morte, Congada, Lindro Amor, Nego Fugido, Zambiapunga, Bambé do Mercado, sendo todos referente à cultura de matriz Africana. Em seguida, as atividades propostas foram de questionário por meio de interpretação explícita.
Texto informativo (p. 155)	O gênero- texto informativo apresenta de forma expositiva a natureza dos instrumentos musicais étnico-raciais na Bahia e sua função social. Como atividade foi realizado questionários com perguntas explícitas do texto e contextualizou com a gramática com as palavras e expressões do texto com as orações subordinadas adverbiais.

Referência bibliográfica: Cereja & Cochar (2015, p. 212- 213)	
Gênero textual	Transposição didática
Relato (p.212)	O gênero relato é apresentado ao leitor em forma de questionamento se o Brasil é um país sem preconceito e se existe um preconceito racial e aponta a ocorrência do jogador Daniel Alves quanto a discriminação racista quando jogaram uma banana dentro do campo de futebol. <i>Como atividade realizada com o gênero apresentado: discussão</i>
Publicidade/Artigo de opinião (p. 212, 213)	O gênero publicidade/ artigo de opinião “ Racismo??? Tô fora! Somos todos iguais” e “Somos todos racistas. E a banana do Daniel Alves não muda isso”. Tais gêneros tem a finalidade de chamar a atenção do leitor por meio de indagações, pois será que por mais que Daniel Alves e Neymar façam campanha antirracista será que irá diminuir essas práticas discriminatórias no Futebol? Acredita-se que ato discriminatório do futebol é um reflexo que fazemos na sociedade inteira. Ademais aborda no texto sobre a estatística de jovens negros mortos em nosso país, a cor negra

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

	com maior suspeição da polícia de atos ilícitos e que a morte do jovem negro é banalizada pela sociedade. <i>Como atividade realizada com o gênero apresentado: discussão</i>
Relato (p. 2013-214)	O gênero relato “ <i>Adolescentes contra o racismo- Depoimento de Gabrielle dos Santos Oliveira</i> ”. O texto retrata o depoimento de Gabrielle, uma jovem de 15 anos que foi vítima do preconceito racista, fazendo ela se sentir inferior às outras pessoas. Ela acrescenta que para acabar o racismo é necessário “ter uma mudança na educação- porque ela é a base de tudo- buscando valorizar a história do povo africano que foi um povo que influenciou em nossa cultura, pois na escola só aprendemos na maioria das vezes, que os negros vieram ao Brasil como escravos...” (p. 214). <i>Como atividade realizada com o gênero apresentado: discussão</i>

4.3. Da discussão

Na análise do gênero textual em um livro didático é preciso também entender o domínio discursivo, as instâncias discursivas, que são as “esferas da atividade humana. (...) Não se pode tratar o gênero do discurso independente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas”. (MARCUSCHI, 2008, p. 155)

O primeiro livro didático analisado (PEREIRA, 2015) tem 12 capítulos, entretanto somente em um capítulo apresenta questões sobre as relações étnico-raciais, sendo o gênero textual que mais se destacou foi o texto informativo. Em relação ao reconhecimento cultural e histórico do negro e indígena é notório que o indígena apareceu entorno da cultura brasileira na apresentação das festas na região do nordeste e numa nota informativa de forma tangencial, sendo o mesmo invisibilizado dentro de uma prática textual discursiva sem (re)pensar a sua representatividade na sociedade. Já nas relações raciais, o negro foi mais enfatizado por meio dos textos expositivos seguidos de imagens que retratam a valorização do negro na cultura e na religião como de grande relevância na cultura da Bahia, entretanto tais exposições não remetem aos conflitos sociais existentes quanto à discriminação racial.

Ainda no livro 1, quanto à questão da transposição didática percebe-se a preocupação em utilizar os gêneros como forma de apresentar de forma expositiva e explicativa a cultura étnico-racial, por meio de questionários explícitos, leitura de imagem, que produzem um conhecimento monocultural, já existente sem discussão e reflexão sobre as tensões discriminatórias e racistas existentes em nosso País, ainda hoje, permanecendo assim numa postura de senso comum e segregadora. Desta forma,

os gêneros apresentados no livro 1 não contemplam as necessidades da Lei 10.639/2003, uma vez que o livro didático constitui numa prática de reproduzir um conhecimento já existente do que construir o mesmo por meio de reflexões, indagações, inquietações e mobilização que promovam uma sociedade mais justa e igualitária.

O segundo livro didático analisado (CEREJA & COCHAR, 2015) tem 4 unidades, sendo que cada um com três capítulos. A abordagem de tal temática é apresentada somente na 4ª unidade em duas páginas do capítulo I, entretanto apesar da apresentação ser de forma sucinta acerca das relações raciais de acordo com os gêneros indicados (publicitário, artigo de opinião e relato), a sua abordagem foi de natureza reflexiva, crítica, acerca dos conflitos sociais que geram o respeito do preconceito e das ocorrências discriminatórias nos contextos sociais. Por outro lado, o indígena não foi mencionado neste livro sendo silenciado a sua cultura, identidade e história de forma inexistente.

Seguindo a análise deste segundo livro (CEREJA & COCHAR, 2015), é relevante destacar o gênero relato, o qual a adolescente Gabriela aponta que para reduzir o racismo no nosso país deve haver uma mudança educacional, por meio de aulas em que as relações étnico-raciais deixem de ser vistas de forma estereotipada e segregadora. Assim, acredita-se que o livro didático é um excelente instrumento para abordar tal valorização da cultura e da história.

Desta forma, após análise do livro 2 verificou-se que por mais que a transposição didática foi por meio de discussão de questões atuais sobre racismo, entretanto ainda não atende a Lei 10.639/2013, pois não é relevante só discutir as questões de tensões sociais que produzem informações expositivas de cunho racistas, sem contemplar a relevância da participação do negro e do indígena como fomento ao respeito e valorização da sua dignidade e igualdade social.

Pensando nisso, destaca-se Boaventura de Sousa Santos (2007), o qual aponta que a construção do conhecimento moderno é abissal, inserido em duas formas, em universos diferentes: por um lado da linha que ele chama de visível é tudo está dentro de um sistema monocultural e segregador e por outro lado da linha chama invisível, pois tudo aquilo que foge do visível se torna inexistente, sendo que “o universo deste lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética”. (SANTOS, 2007, p. 71)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

É notório que ainda não existe uma igualdade na apropriação do conhecimento, pois enquanto houver essa separação da linha abissal entre o visível e o invisível continuará existindo um favorecimento maior para os grupos que têm mais facilidade e acesso a esse conhecimento e esvaziando o processo contra-hegemônico que daria uma possibilidade mais equitativa no conhecimento. (SANTOS, 2007)

Segundo Eliane Cavalleiro, “o silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola” (CAVALLEIRO, 2003, p. 98). É por esta invisibilidade ao lugar do outro que gera a existência de atos discriminatórios que faz a criança e o adolescente não se sentirem aceitos na comunidade escolar.

5. *Considerações finais*

O artigo propôs uma reflexão à respeito dos gêneros textuais indicados em dois livros didáticos de língua portuguesa, do nono ano do ensino fundamental do segundo segmento aprovados no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), acerca das relações étnico-raciais, como forma de identificar se a transposição didática utilizada no discurso dos gêneros atende as regulamentações da Lei 10.639/200.

Assim, percebe-se que mesmo com a clareza dos objetivos das Diretrizes quanto a proposta de uma práxis decolonial e intercultural, ainda existe nos contextos educacionais enfoques teóricos eurocêntricos presentes nos livros didáticos, currículos e no ensino de muitos docentes (OLIVEIRA & CANDAU, 2010, p. 33)

Os gêneros textuais transcendem o objetivo comunicativo e informativo. Somos seres inseridos numa atmosfera social e os gêneros textuais são instrumentos poderosos que permitem a inserção, a interação, o controle social, o exercício de poder e respeito intercultural.

Em relação à análise no livro didático de língua portuguesa I, o gênero mais indicado foi informativo, pois foram vários textos expositivos seguidos de imagens que explanou mais sobre as relações raciais, quanto a sua relevância cultural e religiosa para Bahia e um único texto informativo sobre a festa indígena, em que o mesmo é referenciado de forma embrionária, como algo inexistente e invisibilizado. Ademais, as atividades indicadas sem preocupação em utilizar os gêneros como forma discursiva quanto a representação cultural étnico-racial, entretanto tais

transposição didática se fez por meio de questionários explícitos, leitura de imagem, que produzem um conhecimento monocultural, já existente sem refletir, questionar e fomentar discussões que abordem as tensões discriminatórias e racistas existentes em nosso país.

Na análise do livro didático de língua portuguesa II, apesar de utilizar somente duas páginas de um livro para referenciar tal temática utilizou de três gêneros diferentes (publicidade, opinião e relato), na qualidade de abordar sobre conflitos discriminatórios raciais ocorridos atualmente em nossa sociedade, tendo como proposta nestes gêneros a discussão entre os alunos com a indagação: se o Brasil é um país sem preconceito e se existe um preconceito racial. Entretanto, segundo o próprio gênero relato, utilizado com o depoimento de uma jovem Gabrielle de 15 anos, à qual declara que para amenizar o racismo precisamos de uma reforma educacional em que valorize e respeite a cultura e a história, pois ainda hoje o negro é visto de forma estereotipada no currículo escolar. A declaração desta estudante chama a atenção do silêncio desta questão histórica e cultural no livro em análise e em relação ao indígena, mais uma vez inexistente e silenciado.

A negação de trabalhar com a temática em questão remete-se ao silenciamento que é referente a negação das questões histórica e cultural nesses espaços educacionais, que se apresenta não só por falta desses conhecimentos, bem como por omissão. Ademais, ainda existe a persistência do conformismo de um currículo segregador e universal, que por muitas vezes silencia os sujeitos que se encontram a margem da sociedade opressora.

Pensando nisso, é fundamental ressaltar que o trabalho do autor do livro didático e do professor de língua materna, não consistem somente em reproduzir e/ou transpor os conteúdos, mas agir e modificá-los quando necessário. Considerando a linguagem e o ensino, a educação assume um grande papel de destaque em relação à formação dos indivíduos quanto ao exercício da cidadania.

Desta forma, identificou-se, nos livros didáticos de língua portuguesa, que, apesar de eles terem representado as relações étnico-raciais nos gêneros textuais, ainda os mesmos não contemplaram as necessidades previstas na Lei 10.639/2003, pois emerge a necessidade nos discursos dos gêneros textuais e em suas transposição didáticas promover uma educação intercultural, em todos os cidadãos que são chamados para participar do sistema escolar, tanto no que se refere aos conteúdos do currí-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

culo, bem como em seu material didático, como forma de negar a diferença e o silêncio, colocando em destaque o reconhecimento da diferença como promoção da expressão da pluralidade cultural presentes num contexto que fomentem a construção de sociedades democráticas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marta; MATTOS, Hebe. Em torno das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. vol. 21, n. 41, p. 5-20, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad.: Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Porto: Edições Setenta, 1977.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n. 9394*, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Presidência da República. *Lei n. 10639/03*, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL, *Lei n. 11.645*, de 10 de março de 2008. Dispõe sobre a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP n° 01/2004*, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 14-04-2015.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria Ferrão. (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 13-37.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2003.

CEREJA, Willian; COCHAR, Thereza. Nosso tempo. In: ____; _____. *Português e linguagens: 9º ano: ensino fundamental*. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 212- 213.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

BRASIL. MEC/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programas: Livro Didático – PNLD*. Disponível em: <<http://www.fndegov/programas/pnld.htm>>. Acesso em: 10-07-2016.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Oficina de linguística aplicada: a natureza social e dos educacional – processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas:: Mercado de Letras, 1996.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana com base para o conhecimento curricular. In: ____; _____. (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, vol. 26, n. 1, p. 15-40, 2010.

_____. *História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de história*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

PEREIRA, Camila Sequeto. Tem raça de toda fé. In: _____. *Universos: língua portuguesa, 9º ano: anos finais do ensino fundamental*. São Paulo: SM, 2015, p. 144-155.

ROCHA, José Geraldo da; SANTOS, Ivanir dos. (Orgs.). *Diversidade e ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Novos Estudos*, CE-BRAP, São Paulo. n. 79, novembro 2007.

TOMLINSON, Brian. (Ed.). *Materials development in language teaching*. 1. ed. Cambridge: CUP, 1998. [2. ed. 2011, disponível em: <http://www.cambridge.org/download_file/740396/0>].

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. O material didático no ensino de língua estrangeira: definições, modalidades e papéis. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, Duque de Caxias, vol. VIII, n. XXX, p. 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.br/index.php/reihm/article/viewFile/653/538>>.